

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA****INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ****DISPENSA ELETRÔNICA Nº 175/2022 - UASG 158009****PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23411.009370/2022-90**

Torna-se público que o Instituto Federal do Paraná – Campus União da Vitória, por meio da Seção de Compras e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: Conforme publicação <https://pncp.gov.br/editais?pagina=1>

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: 08h00 às 14h00

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. Aquisição de material elétrico, material hidráulico, material de construção, luminárias, tintas e acessórios para pintura, cabo de aço e acessórios de fixação, bem como placas de sinalização de emergência/incêndio, a serem utilizados na manutenção predial e adaptações dos blocos pertencentes ao Instituto Federal do Paraná Campus União da Vitória, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DENOMINAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA DE SOBREPOR COM 30 LEDS, BATERIA 6 V RECARREGÁVEL, BIVOLT	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA DE SOBREPOR COM 30 LEDS, BATERIA 6 V RECARREGÁVEL, BIVOLT AUTOMÁTICO -50/60HZ, COM PROTETOR CONTRA SURTO DA REDE ELÉTRICA, CONSUMO MÁXIMO DE 2 W, CORPO POLICARBONATO INJETÁVEL E DIFUSOR DE ACRÍLICO PRISMÁTICO.	UNIDADE	50	20,76	1.038,00
2	LUMINÁRIA LINEAR, DE SOBREPOR, EM LED, 36 W, 120 CM, COR BRANCO FRIO	LUMINÁRIA LINEAR, DE SOBREPOR, POTÊNCIA DE 36 W, TEMPERATURA DA COR BRANCO FRIO (6000 - 6500 K), FLUXO LUMINOSO DE 2900 LÚMENS. VIDA ÚTIL ENTRE 25.000 H E 30.000 H. DIMENSÕES APROXIMADAS: 120 CM X 7,0 CM X 3,0 CM. VOLTAGEM: BIVOLT (110 V - 220 V).	UNIDADE	50	45,03	2.251,50
3	REFLETOR HOLOFOTE SUPER LED 100 W BIVOLT	REFLETOR HOLOFOTE SUPER LED. POTÊNCIA: 100 W; TENSÃO: BIVOLT; FREQUÊNCIA: 60 HZ; COR DA LUZ: BRANCA FRIA COM NO MÍNIMO 6.000 K. VIDA ÚTIL MÍNIMA: 50.000 HORAS; LUMINOSIDADE MÍNIMA: 8.000 LUMENS; ÂNGULO DE ALCANCE: 120°;	UNIDADE	6	114,49	686,94

		DIMENSÃO MÍNIMA: LARGURA 280 MM, ALTURA 360 MM E PROFUNDIDADE 80 MM. PARA USO EXTERNO, À PROVA D'ÁGUA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.				
4	REFLETOR HOLOFOTE SUPER LED 30 W BIVOLT	REFLETOR HOLOFOTE SUPER LED. POTÊNCIA: 30 W; TENSÃO: BIVOLT; FREQUÊNCIA: 60 HZ; COR DA LUZ: BRANCA FRIA COM NO MÍNIMO 6.000 K. VIDA ÚTIL MÍNIMA: 30.000 HORAS; LUMINOSIDADE MÍNIMA: 2.400 LUMENS; ÂNGULO DE ALCANCE: 120°; DIMENSÃO MÍNIMA: LARGURA 120 MM, ALTURA 95 MM E PROFUNDIDADE 30 MM. MONTADO EM CAIXA BLINDADA DE ALUMÍNIO COM VIDRO TEMPERADO E A PROVA D'ÁGUA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UNIDADE	12	37,76	453,12
5	PLUGUE ELÉTRICO FÊMEA 2P+T, 20 A, COR PRETA, BRANCA OU CINZA	PLUGUE ELÉTRICO FÊMEA (2P+T), 20 A. COR PRETA, BRANCA OU CINZA.	UNIDADE	50	5,27	263,50
6	TOMADA DE SOBREPOR 2P+T 20 A COM DUAS TOMADAS	CAIXA DE TOMADA DE SOBREPOR, PARA CANALETA SISTEMA X, COM TAMPAS E DUAS TOMADAS 2P+T, COR BRANCA, 20 A 250 V, PINOS CILÍNDRICOS Ø 4,8 MM.	UNIDADE	40	12,43	497,20
7	TOMADA EMBUTIR MÓDULO 2P+T HORIZONTAL COM ACABAMENTO ESPELHO 2X4 BRANCO 20 A	TOMADA EMBUTIR MÓDULO 2P+T, HORIZONTAL, COM PLACA DE ACABAMENTO ESPELHO BRANCO MÓDULO 2X4, 20 A.	UNIDADE	40	15,15	606,00
8	FITA ISOLANTE ANTICHAMA, ROLO DE 19 MM X 20 M, COR: PRETO	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, EM PVC COM ALTA PERFORMANCE E RESISTÊNCIA, PARA ISOLAÇÃO DE FIOS E CABOS ELÉTRICOS ATÉ 750V E 80°C. ROLO 19 MM X 20 M E ESPESSURA MÍNIMA DE: 0,18 MM, COR: PRETO. MODELO DE REFERÊNCIA: 3M, PIRELLI OU SIMILAR.	UNIDADE	20	29,07	581,40
9	FITA ISOLANTE DE ALTA FUSÃO - 19MM X 10M	PRODUTO À BASE DE BORRACHA ETILENO-PROPILENO (ERP) DE ALTA FUSÃO, UTILIZADA PARA ISOLAÇÃO DE FIOS, CABOS, EMENDAS E TERMINAÇÕES COM CLASSE DE TENSÃO DE ATÉ 69.000 VOLTS. ENCAPSULADAS EM EMBALAGENS (POTES OU SIMILARES) PLÁSTICAS INDIVIDUAIS DE FÁBRICA, COM VALIDADE NÃO INFERIOR A 10 (DEZ) MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	UNIDADE	10	31,89	318,90
10	TUBO, PVC SOLDÁVEL, DIMENSÕES: 25 MM OU 3/4" X 6 M, COR MARROM	TUBO, EM PVC SOLDÁVEL RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NÃO DEVE SOFRER CORROSÃO, COM BOLSA SOLDÁVEL E PONTA LISTA, PARA CONDUÇÃO DE ÁGUAS LIMPAS, FLUVIAIS. DIMENSÕES: 25 MM OU 3/4" X 6 M, COR MARROM.	UNIDADE	2	31,03	62,06
11	ADAPTADOR CURTO, TIPO SOLDÁVEL COM BOLSA E ROSCA PARA ÁGUA FRIA, MATERIAL EM PVC 32 MM X 1", COR MARROM.	ADAPTADOR CURTO, TIPO SOLDÁVEL COM BOLSA E ROSCA PARA ÁGUA FRIA, MATERIAL EM PVC RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NÃO DEVE SOFRER CORROSÃO. DIMENSÕES: 32 MM X 1". COR MARROM.	UNIDADE	10	5,14	51,40
12	TUBO DE PVC 100MM X 3M	TUBO DE PVC 100MM X 3M	UNIDADE	6	79,93	479,58

13	REDUÇÃO PVC ESGOTO EXCÊNTRICA DE 150MM X 100MM	REDUÇÃO PVC ESGOTO EXCÊNTRICA DE 150MM X 100MM	UNIDADE	3	63,53	190,59
14	REDUÇÃO PVC ESGOTO EXCÊNTRICA DE 200MM X 150MM	REDUÇÃO PVC ESGOTO EXCÊNTRICA DE 200MM X 150MM	UNIDADE	3	145,04	435,12
15	JOELHO 90° ESGOTO 100 MM	JOELHO 90° ESGOTO 100 MM	UNIDADE	15	14,53	217,95
16	ACABAMENTO PARA VÁLVULA DE DESCARGA, COR DIVERSAS, COMPATÍVEL COM VÁLVULA DOCOL.	ACABAMENTO VÁLVULA DE DESCARGA, MATERIAL METÁLICO COM CANOPLA DE PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, CORES DIVERSAS, A DEFINIR NO ENVIO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, BEM COMO A QUANTIDADE DE CADA COR. COMPATÍVEL COM VÁLVULA DOCOL.	UNIDADE	20	84,09	1.681,80
17	CABO DE AÇO PLASTIFICADO 3/16 (4,8MM), FORNECIMENTO POR METRO	CABO DE AÇO GALVANIZADO PLASTIFICADO 3/16 (4,8MM), ALMA DE FIBRA (AF), CABO DE AÇO REVESTIDO DE PVC TRANSPARENTE, FORNECIMENTO POR METRO.	METROS	100	10,61	1.061,00
18	ESTICADOR PARA CABO DE AÇO 3/16 (4,8MM)	ESTICADOR PARA CABO DE AÇO 3/16 (4,8MM), FABRICADO EM AÇO MALEÁVEL, TERMINAIS ROSCÁVEIS EM AÇO MALEÁVEL NOS FORMATOS GANCHO E OLHAL, GALVANIZADO	UNIDADE	10	10,77	107,70
19	CLIPS GRAMPO PARA CABO DE AÇO 3/16	CLIPS GRAMPO PARA CABO DE AÇO 3/16, MATERIAL: AÇO GALVANIZADO	UNIDADE	20	1,81	36,20
20	MANILHA RETA PARA CABO DE AÇO 3/16"	MANILHA RETA PARA CABO DE AÇO 3/16" COM PINO ROSCADO. MATERIAL EM AÇO CARBONO COM ACABAMENTO GALVANIZADO.	UNIDADE	200	3,47	694,00
21	ARAME GALVANIZADO FIO 16, 1,65 MM	ARAME GALVANIZADO FIO 16, 1,65 MM, ROLO 1 KG.	QUILO	1	20,59	20,59
22	PARAFUSO SEXTAVADO, COM ROSCA SOBERBA, EM AÇO, DIMENSÕES: 1/4" X 50 MM, PACOTE COM 100 UNIDADES	PARAFUSO SEXTAVO, COM ROSCA SOBERBA, MATERIAL EM AÇO CARBONO, ENCAIXE TIPO "FENDA SIMPLES", DIMENSÕES: 1/4" X 50 MM, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	2	46,33	92,66
23	PREGO COM CABEÇA, EM AÇO, DIMENSÕES (JP X LPP): 15 X 18, EMBALAGEM COM 1 KG	PREGO COM CABEÇA, EM AÇO CARBONO RESISTENTE À CORROSÃO, IDEAL PARA RIPAS, TELHADOS E CAIXARIAS PARA FRUTAS E VERDURAS. DIMENSÕES (JP X LPP): 15 X 18/ (POL X BWG) 1.1/2 X 13. FORNECIMENTO EM EMBALAGEM COM 1 KG COM 647 UNIDADES POR QUILO.	UNIDADE	2	25,78	51,56
24	FIXADOR/ TRAVA DE PORTA COM PRESSÃO PARA PISO EM AÇO	FIXADOR DE PORTA COM PRESSÃO PARA PISO, EM AÇO CARBONO COM ACABAMENTO NIQUELADO, APLICAÇÃO DO FIXADOR DE PORTA NO PISO.	UNIDADE	15	29,67	445,05
25	CANALETA 13 MM x 07 MM x 2000 MM COM ADESIVO	CANALETA, DIMENSÕES: 13 MM X 07 MM X 2000 MM, SEM DIVISÓRIAS, DEVE POSSUIR ADESIVO PARA APLICAÇÃO, COR: BRANCA	UNIDADE	20	8,84	176,80
26	CANALETA TIPO DUPLA FACE, COM DIVISÓRIAS, DIMENSÕES: 20 X 10	CANALETA TIPO DUPLA FACE, COM DIVISÓRIAS E FITA ADESIVA DUPLA FACE, FABRICADA EM TERMOPLÁSTICO AUTO-EXTINGUÍVEL. PARA UTILIZAÇÃO NA PASSAGEM DE FIOS. PODENDO SER	UNIDADE	50	21,55	1.077,50

	X 2000 MM, COR BRANCA	CHAMADO SISTEMA X OU DUPLA FACE STECK OU CANALETA INSTALA FÁCIL. DIMENSÕES: 10 X 20 X 2000 MM, COR BRANCA.				
27	BORRACHA LÍQUIDA IMPERMEABILIZANTE, COR BRANCA, EMBALAGEM DE 3,6 KG	BORRACHA LÍQUIDA IMPERMEABILIZANTE, COR BRANCA, EMBALAGEM DE 3,6 KG	UNIDADE	2	163,38	326,76
28	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, TUBO DE 300 ML	ESPUMA EXPANSIVA, COMPOSTA POR POLIURETANO, PARA FIXAÇÃO DE PORTAS E BATENTES, INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO, ISOLAMENTO TÉRMICO, TUBULAÇÕES DE ÁGUA, ACÚSTICO E PREENCHIMENTOS DE ESPAÇOS EM GERAL. TUBO DE 300 ML	UNIDADE	10	24,20	242,00
29	TINTA FUNDO PROTETOR ANTIOXIDANTE PARA METAIS "ZARCÃO", COR: CINZA GRAFITE, GALÃO DE 3,6 LITROS	TINTA FUNDO PROTETOR ANTIOXIDANTE PARA METAIS "ZARCÃO", COMPOSTO DE RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI-SECATIVO MODIFICADO COM RESINA FENÓLICA, HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS E AROMÁTICOS, CARGAS MINERAIS INERTES PIGMENTOS INORGÂNICOS E SECANTES ORGANOMETÁLICOS. NÃO CONTÉM BENZENO, PARA UTILIZAÇÃO NA PROTEÇÃO DE SUPERFÍCIES FERROSAS, NOVAS OU COM INDÍCIOS DE CORROSÃO EM ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS, RENDIMENTO: ATÉ 30 M <sup>2</sup> /DEMÃO, DEMÃOS: DE 1 A 2 DEMÃOS, SECAGEM: 4 HORAS AO TOQUE, 12 HORAS ENTRE DEMÃOS E 24 HORAS PARA SECAGEM FINAL. COR: CINZA GRAFITE, GALÃO DE 3,6 LITROS.	UNIDADE	5	115,64	578,20
30	TINTA SPRAY MULTIUSO, CORES DIVERSAS, FRASCO COM 200 ML	TINTA SPRAY MULTIUSO COM JATO DIRETO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, ACABAMENTO TRANSLÚCIDO, SECAGEM RÁPIDA. CORES DIVERSAS, A DEFINIR NO ENVIO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, BEM COMO A QUANTIDADE DE CADA COR, FRASCO DE 200 ML.	UNIDADE	15	22,09	331,35
31	BANDEJA PARA PINTURA 23 CM, COR PRETA	BANDEJA PARA PINTURA, MATERIAL PLÁSTICO, PARA ROLOS DE 23 CM, DIMENSÕES (C X L): 29 X 37 CM, COR PRETA.	UNIDADE	2	16,74	33,48
32	ROLO DE ESPUMA 15 CM, COM SUPORTE E CABO, PARA PINTURA EM GERAL	ROLO DE ESPUMA, EM POLIÉSTER DE 15 CM, PARA USO EM PITURAS DE METAIS E MADEIRA DE SUPERFÍCIES LISAS, COM SUPORTE E CABO, FÁCIL LIMPEZA COM ÁGUA CORRENTE E SABÃO NEUTRO	UNIDADE	10	10,37	103,70
33	ROLO DE ESPUMA 9 CM, COM SUPORTE E CABO, PARA PINTURA EM GERAL.	ROLO DE ESPUMA, EM POLIÉSTER DE 9 CM, PARA USO EM PITURAS DE METAIS E MADEIRA DE SUPERFÍCIES LISAS, COM SUPORTE E CABO, FÁCIL LIMPEZA COM ÁGUA CORRENTE E SABÃO NEUTRO.	UNIDADE	10	8,05	80,50
34	CORANTE LÍQUIDO PARA TINTAS ACRÍLICAS E LÁTEX (PVA) À BASE D'ÁGUA, CORES DIVERSAS, EMBALAGEM DE 50 ML	CORANTE LÍQUIDO, NÃO LAVÁVEL COM FUNGICIDA, PARA UTILIZAÇÃO EM TINTAS ACRÍLICAS E LÁTEX (PVA) À BASE D'ÁGUA, DILUIÇÃO MÍNIMA DE 50 ML DE CORANTE EM 3,6 LITROS DE TINTA, CORES DIVERSAS, A DEFINIR NO ENVIO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, BEM COMO A	UNIDADE	8	9,13	73,04

		QUANTIDADE DE CADA COR. EMBALAGEM DE 50 ML				
35	MANGUEIRA PARA GÁS DE COZINHA (GLP), TAMANHO 1,25M	MANGUEIRA PARA GÁS DE COZINHA (GLP), TAMANHO 1,25M. A MANGUEIRA DEVE SER NORMALIZADA PELO INMETRO PARA INSTALAÇÃO DOMÉSTICA E DESENVOLVIDA SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E PADRÕES ESTABELECIDOS NA NORMA NBR 8613/00. PRESSÃO: 2,8 KPA (KPA = KILO PASCAL). PRODUZIDA EM PVC TRANSPARENTE ULTRAFLEXÍVEL PARA GARANTIR MAIOR FLEXIBILIDADE E DURABILIDADE. LINHA ORIENTATIVA POR TODA A MANGUEIRA. REFORÇADA COM FIO DE POLIÉSTER TRANÇADO. MANGUEIRA DE ALTA PERFORMANCE COM ALTA FLEXIBILIDADE. BITOLA: 3/8 X 4.0. VALIDADE DE NO MÍNIMO 4 ANOS	UNIDADE	10	20,43	204,30
36	BOMBA DE AR MANUAL PARA ENCHER PNEUS	BOMBA DE AR MANUAL PARA ENCHER PNEUS, CABO TIPO "T", COM MANÔMETRO PARA INDICAÇÃO DA PRESSÃO, CAPACIDADE: 160PSI (10 BAR), MANGUEIRA PLÁSTICA COM 60 CM E BICO	UNIDADE	1	132,63	132,63
37	PLACA DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTE - PROIBIDO UTILIZAR ELEVADOR EM CASO DE INCÊNDIO - P4	PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA FOTOLUMINESCENTES, DIMENSÕES 200 MM X 250 MM, EM MATERIAL DE PVC COM TRATAMENTO ANTICHAMAS, RESISTENTE A AÇÃO DE ÁGUA, AGENTES DE LIMPEZA E INTEMPÉRIES, ESPESSURA MÍNIMA DE 1MM, MODELO P4: "PROIBIDO UTILIZAR ELEVADOR EM CASO DE INCÊNDIO"	UNIDADE	4	19,97	79,88
38	PLACA DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTE - CONTROLE MANUAL DE ALARME DE INCÊNDIO - E2	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA FOTOLUMINESCENTE, DIMENSÕES 200 MM X 150 MM, EM MATERIAL DE PVC COM TRATAMENTO ANTICHAMAS, RESISTENTE A AÇÃO DE ÁGUA, AGENTES DE LIMPEZA E INTEMPÉRIES, ESPESSURA MÍNIMA DE 1MM, MODELO E2: "CONTROLE MANUAL DE ALARME DE INCÊNDIO"	UNIDADE	4	16,46	65,84
39	PLACA DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTE - PERIGO GÁS INFLAMÁVEL	PLACA DE SINALIZAÇÃO, MATERIAL PVC, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,80MM, TAMANHO 30 X 20 CM, COM OS DIZERES "PERIGO GÁS INFLAMÁVEL"	UNIDADE	6	12,41	74,46
40	PLACA DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTE - PROIBIDO FUMAR - P1	PLACA DE SINALIZAÇÃO, MATERIAL PVC, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,80MM, TAMANHO 15 x 20 CM, MODELO P1 "PROIBIDO FUMAR", COM PICTOGRAMA E LEGENDA	UNIDADE	6	12,72	76,32
41	PLACA DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTE - SAÍDA - S12	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA FOTOLUMINESCENTE, DIMENSÕES 240 MM x 120 MM, EM MATERIAL DE PVC COM TRATAMENTO ANTICHAMAS, RESISTENTE A AÇÃO DE ÁGUA, AGENTES DE LIMPEZA E INTEMPÉRIES, ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM, PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES DE ACORDO COM A NBR 16820, MODELO S12 "SAÍDA"	UNIDADE	4	16,96	67,84
42	PLACA DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTE - SAÍDA - S3	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA FOTOLUMINESCENTE, DIMENSÕES 240 MM x 120 MM, EM MATERIAL DE PVC COM TRATAMENTO ANTICHAMAS, RESISTENTE A	UNIDADE	20	16,02	320,40

		AÇÃO DE ÁGUA, AGENTES DE LIMPEZA E INTEMPÉRIES, ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM, PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES DE ACORDO COM A NBR 16820, MODELO S3 "SAÍDA"				
43	PLACA DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTE - SAÍDA - MODELOS S13E/S13D	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA FOTOLUMINESCENTE, DIMENSÕES 500 MM x 150 MM, EM MATERIAL DE PVC COM TRATAMENTO ANTICHAMAS, RESISTENTE A AÇÃO DE ÁGUA, AGENTES DE LIMPEZA E INTEMPÉRIES, ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM, PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES DE ACORDO COM A NBR 16820, MODELOS S13-E / S13-D "SAÍDA DE EMERGÊNCIA A ESQUERDA/DIREITA". AS QUANTIDADES DE CADA MODELO SERÃO DEFINIDAS NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.	UNIDADE	10	35,31	353,10
44	PLACA DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTE - ESCADA DE EMERGÊNCIA - MODELOS S8/S9	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA FOTOLUMINESCENTE, DIMENSÕES 240 MM x 120 MM, EM MATERIAL DE PVC COM TRATAMENTO ANTICHAMAS, RESISTENTE A AÇÃO DE ÁGUA, AGENTES DE LIMPEZA E INTEMPÉRIES, ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM, PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES DE ACORDO COM A NBR 16820, MODELOS S8 E S9 "ESCADA DE EMERGÊNCIA", AS QUANTIDADES DE CADA MODELO SERÃO DEFINIDAS NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO	UNIDADE	10	15,76	157,60

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- 3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
- 3.10.1. Esta função pode não estar disponível.
- 3.10.2. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
- 3.10.2.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
- 3.10.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 3.10.4. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### 4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir das 08:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)**.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1. contiver vícios insanáveis;
- 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.6.1. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.1.1. A presente licitação será formalizada por nota de empenho, conforme previsto no Art. 95 da Lei 14.133/21.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco), contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da homologação prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta, quando couber.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

- 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
  - 9.13.2. ANEXO II - Modelo de proposta de preços
  - 9.13.3 ANEXO III - Termo de Referência

### Assinatura da autoridade competente

Aviso de Dispensa Eletrônica – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021

Versão: Agosto/2021

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MARCONDES CAMARGO, DIRETOR(a)**, em 04/07/2022, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA CAMBRUSSI BORTOLINI, DIRETOR(a)**, em 04/07/2022, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1826124** e o código CRC **6139FF1D**.

## **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

### **1 Habilitação jurídica:**

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

### **2 Regularidade fiscal, social e trabalhista**

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

## **ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

### **PARA LANÇAR A PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASNET**

A licitante deverá preencher o campo da Especificação Detalhada do Objeto, com as informações sobre o item, esclarecendo todas as especificações técnicas do serviço/material, conforme o solicitado no Termo de Referência, sendo desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo:

- não serão aceitas descrições genéricas como: “conforme Edital”, “atendemos o Edital”, dentre outras ou identificarem a licitante;
- No campo Fabricante deverá ser preenchido com o nome de um Fabricante;
- No campo Marca deverá ser preenchido com somente uma marca e um modelo, se houver.

### **PARA ENCAMINHAR A PROPOSTA DEFINITIVA - PARA A LICITANTE VENCEDORA:**

A Proposta escrita, a ser encaminhada pela licitante vencedora, após a fase de lances, deverá especificar detalhadamente o objeto, contemplando todas as especificações técnicas:

- descrição detalhada;
- quantidade, marca modelo, Fabricante, preço unitário e preço total;
- preços expressos em real, com no máximo duas casas após a vírgula;
- identificação da empresa: CNPJ, endereço, telefones, e-mail, representante legal e responsáveis pelo contato;
- validade da proposta e prazo de garantia.

**Razão Social:**

CNPJ:

Rua:

nº:

Bairro:

Cidade:

CEP:

Estado:

**Contato/Representante legal:**

RG:

CPF:

Fone/Fax:

E-mail:

**Dados para pagamento:**

Banco:

Agência:

Conta:

**PROPOSTA**

Item	Descrição	Especificação	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
01					R\$	R\$
02					R\$	R\$
TOTAL						R\$

O prazo de validade de nossa proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos também que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Empresa Fornecedora